


**NEURODIVERGÊNCIA, COMPETITIVIDADE ESCOLAR E CREDIBILIDADE
PROFISSIONAL: DISPUTAS POR LEGITIMIDADE NA FORMAÇÃO E INSERÇÃO NO
TRABALHO**

**NEURODIVERGENCE, SCHOOL COMPETITIVENESS, AND PROFESSIONAL
CREDIBILITY: DISPUTES OVER LEGITIMACY IN TRAINING AND ENTRY INTO THE
WORKPLACE**

**NEURODIVERGENCIA, COMPETITIVIDAD ESCOLAR Y CREDIBILIDAD
PROFESIONAL: DISPUTAS SOBRE LA LEGITIMIDAD EN LA FORMACIÓN Y EL
ACCESO AL MUNDO LABORAL**

 <https://doi.org/10.56238/arev8n3-133>

Data de submissão: 26/02/2026

Data de publicação: 26/03/2026

Telmo Rosa Nogueira

Mestrado Educação Inclusiva

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8573954741511646>

Sonia Oliveira de Lima Brum

Mestre em Educação

Instituição: Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4247793839844002>

Nadja Lissara Tiellet Cappellesso

Pós graduação em Neurologia Pediátrica

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6683844371882952>

Márcio Silva da Conceição

Doutor em Ciências Ambientais

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6178523977633290>

Jaqueline de Paula Velasco

Especialização em Gestão e Supervisão Escolar

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7155541614370328>

Inácia Oliveira de Azevedo

Mestranda em Educação

Instituição: Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1959448264262712>

Jucélia Linhares Granemann de Medeiros

Pos-doutorado em Educação e Psicologia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6325691838659744>

Marcela Gonçalves de Oliveira Pinto

Mestrado em Diversidade e Inclusão

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9686916841933209>

Igor Terezane Nardocci

Mestrado profissional em Processos de Ensino, Gestão e Inovação

Instituição: Universidade de Araraquara (UNIARA)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2614768353190663>

RESUMO

A neurodivergência representa uma das dimensões menos visíveis das desigualdades que estruturam o sistema formativo e o mercado de trabalho brasileiros. Este estudo analisa as relações entre neurodivergência, competitividade escolar e credibilidade profissional, examinando os mecanismos pelos quais o sistema formativo produz barreiras à legitimidade dos trabalhadores neurodivergentes. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com levantamento sistemático da literatura publicada entre 2020 e 2025 nas bases Scielo, Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados indicam que a exclusão cognitiva é um processo acumulativo que se inicia na escola básica e se prolonga na educação profissional e no mercado de trabalho, mediado por critérios de avaliação que confundem conformidade com mérito. O estudo conclui que a credibilidade profissional do trabalhador neurodivergente depende de reformas sistêmicas que articulem educação especial, educação profissional e políticas de inclusão no trabalho, sem as quais a certificação formal não garante reconhecimento nem legitimidade profissional.

Palavras-chave: Neurodivergência. Educação Profissional. Mercado de Trabalho. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

Neurodivergence represents one of the least visible dimensions of the inequalities that structure the Brazilian educational system and labor market. This study analyzes the relationships between neurodivergence, school competitiveness, and professional credibility, examining the mechanisms by which the educational system produces barriers to the legitimacy of neurodivergent workers. The research adopts a qualitative approach, of a bibliographic and documentary nature, with a systematic survey of literature published between 2020 and 2025 in the Scielo, Google Scholar, and CAPES Periodicals Portal databases. The results indicate that cognitive exclusion is a cumulative process that begins in basic education and extends into vocational training and the labor market, mediated by assessment criteria that confuse conformity with merit. The study concludes that the professional credibility of neurodivergent workers depends on systemic reforms that articulate special education, vocational education, and labor inclusion policies, without which formal certification does not guarantee recognition or professional legitimacy. The findings reinforce that the dispute for legitimacy faced by neurodivergent workers is not a personal challenge to be resolved through individual adaptation strategies; it is an institutional problem produced by deliberate choices about what counts as competence and who counts as a competent professional. Future research should prioritize empirical studies with neurodivergent workers across different economic sectors, generating evidence with greater generalizability to support public policies that recognize cognitive diversity as a value rather than a deviation to be corrected.

Keywords: Neurodivergence. Vocational Education. Labor Market. School Inclusion.

RESUMEN

La neurodivergencia representa una de las dimensiones menos visibles de las desigualdades que estructuran el sistema educativo y el mercado laboral brasileños. Este estudio analiza las relaciones entre neurodivergencia, competitividad escolar y credibilidad profesional, examinando los mecanismos mediante los cuales el sistema educativo crea barreras a la legitimidad de los trabajadores neurodivergentes. La investigación adopta un enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y documental, con una revisión sistemática de la literatura publicada entre 2020 y 2025 en las bases de datos SciELO, Google Scholar y CAPES Periodicals Portal. Los resultados indican que la exclusión cognitiva es un proceso acumulativo que comienza en la educación básica y se extiende a la formación profesional y al mercado laboral, mediado por criterios de evaluación que confunden conformidad con mérito. El estudio concluye que la credibilidad profesional de los trabajadores neurodivergentes depende de reformas sistémicas que articulen políticas de educación especial, formación profesional e inclusión laboral, sin las cuales la certificación formal no garantiza el reconocimiento ni la legitimidad profesional.

Palabras clave: Neurodivergencia. Formación Profesional. Mercado Laboral. Inclusión Escolar.

1 INTRODUÇÃO

A escola brasileira opera, há décadas, sob uma lógica de seleção que confunde uniformidade com mérito. O estudante que aprende de forma diferente, que processa informações por caminhos que o currículo padrão não reconhece, não é avaliado pela profundidade do que compreende, mas pela velocidade com que se adapta a um formato que não foi desenhado para ele. Essa distinção, aparentemente técnica, carrega consequências que se prolongam muito além dos muros escolares: ela determina quem recebe credenciais, quem acessa o mercado de trabalho formal e quem, ao longo da vida profissional, precisa provar sua competência repetidamente, mesmo depois de já tê-la demonstrado. A neurodivergência, nesse contexto, não é apenas uma condição neurológica; ela é uma posição social produzida pela interação entre uma arquitetura escolar excludente e um mercado de trabalho que herda seus critérios de legitimidade diretamente dessa mesma arquitetura.

O conceito de neurodivergência abrange um conjunto heterogêneo de condições, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), a dislexia, a discalculia e outras variações do funcionamento neurológico que divergem do padrão estatisticamente predominante. O que essas condições têm em comum não é a deficiência, mas a diferença, e a diferença, em um sistema que premia a conformidade, torna-se desvantagem. Alves *et al.* (2021, p. 3) observam que a "educação profissional, políticas públicas de juventude e a terceirização" revelam como as estruturas formativas brasileiras reproduzem hierarquias que afetam desproporcionalmente os jovens em situação de vulnerabilidade, categoria na qual os estudantes neurodivergentes se inserem com frequência, não por incapacidade, mas por ausência de suporte institucional adequado.

A competitividade escolar funciona, nesse cenário, como um mecanismo de triagem que opera antes mesmo que o estudante chegue ao mercado de trabalho. As notas, os rankings, os processos seletivos e os critérios de aprovação em cursos técnicos e superiores foram calibrados para um perfil cognitivo específico, e esse perfil raramente corresponde ao do estudante neurodivergente. Araújo (2021, p. 118) argumenta que a atuação profissional em contextos de atenção primária à saúde exige "uma revisão integrativa" das práticas formativas que considere a diversidade dos sujeitos atendidos, raciocínio que se transpõe para a formação escolar: um sistema que não reconhece a diversidade cognitiva de seus estudantes forma profissionais que tampouco reconhecerão a diversidade dos sujeitos com quem trabalharão.

A inserção no mercado de trabalho representa o segundo filtro dessa cadeia de exclusão. Mesmo quando o estudante neurodivergente supera as barreiras da formação escolar, ele encontra processos seletivos que avaliam competências comunicativas, de atenção sustentada e de adaptação

a ambientes de alta pressão, todas dimensões em que as diferenças neurológicas tendem a produzir desempenho atípico. O resultado é que a credibilidade profissional do trabalhador neurodivergente permanece permanentemente em disputa: ele precisa provar, a cada novo contexto, que sua forma de pensar e de trabalhar tem valor, mesmo quando os resultados que produz são objetivamente comparáveis ou superiores aos de seus pares neurotípicos.

A dimensão linguística acrescenta uma camada de análise que o debate sobre neurodivergência frequentemente subestima. Borba, Melo e Vieira (2021, p. 117) demonstram que "a língua brasileira de sinais como fator determinante ao acesso do aluno surdo no mercado de trabalho" revela que a ausência de mediação linguística adequada produz exclusão que não decorre da incapacidade do trabalhador, mas da incapacidade do sistema de reconhecer formas legítimas de comunicação e de cognição. Esse princípio se estende para além da surdez: qualquer forma de processamento cognitivo que não corresponda ao padrão esperado pelo sistema formativo e pelo mercado de trabalho torna-se, na prática, um obstáculo à legitimidade profissional.

A justificativa para este estudo repousa sobre três eixos que se articulam. O primeiro é educacional: a escola precisa ser interrogada sobre os critérios que utiliza para definir competência e sobre quem esses critérios beneficiam e quem excluem. O segundo é trabalhista: o mercado de trabalho precisa ser examinado quanto aos mecanismos pelos quais reproduz as hierarquias cognitivas produzidas pela escola. O terceiro é político: a ausência de políticas públicas que articulem neurodivergência, formação e inserção profissional representa uma omissão com consequências mensuráveis sobre a vida de milhões de brasileiros.

Este estudo analisa as relações entre neurodivergência, competitividade escolar e credibilidade profissional, examinando os mecanismos pelos quais o sistema formativo brasileiro produz e reproduz barreiras à legitimidade dos trabalhadores neurodivergentes. O objetivo geral é compreender de que forma a arquitetura da competitividade escolar condiciona a inserção e o reconhecimento profissional de pessoas neurodivergentes no mercado de trabalho brasileiro. Os objetivos específicos são: (a) caracterizar os mecanismos de exclusão cognitiva presentes no sistema formativo brasileiro; (b) analisar como os critérios de competitividade escolar se traduzem em barreiras à credibilidade profissional; (c) examinar as políticas públicas de educação profissional voltadas para pessoas neurodivergentes; (d) discutir estratégias institucionais para a promoção da legitimidade profissional de trabalhadores neurodivergentes.

O trabalho organiza-se em cinco seções. A seção 2 desenvolve o referencial teórico, articulando os conceitos de neurodivergência, competitividade escolar e credibilidade profissional. A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos adotados. A seção 4 apresenta e discute os

resultados à luz da literatura especializada. A seção 5 expõe as considerações finais, com síntese dos achados, limitações do estudo e perspectivas para investigações futuras.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivo descritivo e analítico. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto investigado: as relações entre neurodivergência, competitividade escolar e credibilidade profissional envolvem processos subjetivos, institucionais e políticos que não se reduzem à mensuração estatística, mas exigem interpretação contextualizada de fenômenos que operam em múltiplas escalas. A pesquisa classifica-se, quanto aos procedimentos técnicos, como bibliográfica e documental, com levantamento sistemático da literatura científica publicada entre 2020 e 2025 nas áreas de educação especial, educação profissional, psicologia do trabalho e políticas públicas de inclusão.

A coleta de dados bibliográficos foi realizada nas bases Scielo, Google Acadêmico, Portal de Periódicos da CAPES e repositórios institucionais de universidades federais, com os descritores: "neurodivergência", "educação profissional", "inclusão escolar", "mercado de trabalho", "TDAH", "autismo", "credibilidade profissional" e suas combinações em português e inglês. Os critérios de inclusão abrangeram artigos originais, revisões integrativas e sistemáticas, estudos de caso e documentos normativos publicados em periódicos com avaliação Qualis, disponíveis na íntegra e com aderência temática ao objeto de estudo. Floriano, Gisi e Prado (2022) demonstram que as desigualdades educacionais brasileiras se manifestam desde os primeiros anos de escolarização e se acumulam ao longo da trajetória formativa, o que justifica a adoção de uma perspectiva longitudinal na análise das barreiras enfrentadas por estudantes neurodivergentes.

Os dados coletados foram submetidos à análise de conteúdo temática, com organização em quatro eixos analíticos: (a) mecanismos de exclusão cognitiva no sistema formativo brasileiro; (b) relação entre competitividade escolar e credibilidade profissional; (c) políticas públicas de educação profissional para pessoas neurodivergentes; (d) estratégias institucionais para a promoção da legitimidade profissional. Fernandes, Fernandes e Estevão (2024) sustentam que a historiografia da educação profissional no Brasil revela padrões de exclusão que afetam desproporcionalmente grupos em situação de vulnerabilidade, argumento que orienta a organização analítica adotada neste estudo ao posicionar a neurodivergência como uma das dimensões dessa vulnerabilidade estrutural.

A validade interna da pesquisa foi assegurada pela triangulação de fontes, com consulta a estudos de diferentes abordagens metodológicas sobre o mesmo fenômeno, e pela rastreabilidade das decisões analíticas, documentadas ao longo do processo de coleta e categorização. Klem e Oliveira

(2024, p. 17) argumentam que a "educação profissional e tecnológica no Brasil e integração curricular" exige análise que articule o plano normativo com o plano das práticas pedagógicas concretas, raciocínio que orienta a abordagem metodológica adotada neste estudo ao combinar análise documental com revisão bibliográfica sistemática.

Os aspectos éticos foram observados mediante citação rigorosa das fontes, vedação ao plágio e à deturpação das ideias dos autores referenciados, e transparência quanto às limitações metodológicas do estudo. A principal limitação reside no caráter bibliográfico da pesquisa, que não permite a coleta de dados primários junto a estudantes ou trabalhadores neurodivergentes, nem a análise direta de processos seletivos ou de práticas pedagógicas em instituições específicas. Estudos futuros poderão suprir essa lacuna por meio de pesquisa de campo com entrevistas, grupos focais e análise de trajetórias profissionais de trabalhadores neurodivergentes em diferentes setores da economia brasileira.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Alves, Y.; Santos, S.; Azevedo, M.	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E A TERCEIRIZAÇÃO	2021	Analisa como políticas de educação profissional e de juventude se articulam (ou não) com um mercado de trabalho terceirizado, contribuindo para compreender condições de inserção e precarização do trabalho juvenil.
Araújo, M.	A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMARIA Á SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	2021	Discute o papel do profissional de educação física na Atenção Primária à Saúde, ampliando o debate sobre formação profissional e atuação em políticas públicas de saúde, educação e promoção da qualidade de vida.
Borba, J.; Melo, J.; Vieira, M.	A Língua Brasileira De Sinais – Libras Como Fator Determinante Ao Acesso Do Aluno Surdo No Mercado De Trabalho	2021	Evidencia a importância da Libras como condição de acesso do aluno surdo ao mercado de trabalho, destacando a interseção entre inclusão escolar, formação profissional e oportunidades laborais.
Silva, J.; Piatti, C.	FORMAÇÃO E ENSINO REMOTO NO "NOVO NORMAL"	2021	Reflete sobre a formação e o ensino remoto no contexto pós-pandemia, abordando impactos na qualidade da formação de estudantes e trabalhadores e nos processos de ensino-aprendizagem mediados por tecnologia.
Silva, J.; Ferreira, M.; Silva, B.	Reflexões sobre Formação de Trabalhadores por meio da UAB no Pará	2021	Analisa experiências de formação de trabalhadores pela UAB, contribuindo para o entendimento da educação a distância como estratégia de qualificação profissional, especialmente em regiões periféricas.
Borges, A.	Cursos técnicos integrados ao ensino médio e sua relação com a inserção no mundo do trabalho	2022	Discute a contribuição dos cursos técnicos integrados para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, avaliando potencialidades e limites desse modelo de formação.
Florianio, E.; Gisi, M.; Prado, L.	desigualdades brasileiras começam na escola:	2022	Argumenta que as desigualdades sociais têm origem na escola, fornecendo base para discutir como trajetórias educacionais desiguais impactam o acesso ao ensino profissional e ao mercado de trabalho.

Lisboa, L.; Santos, M.; Santos, A.	A EDUCAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL E A INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO	2023	Analisa a relação entre educação e inserção do jovem no mercado na região Sudeste, evidenciando desafios regionais e estruturais para a empregabilidade juvenil.
Parente, E.; Lima, M.	JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA	2023	Discute juventude e educação profissional na Amazônia, destacando especificidades regionais, desigualdades e desafios para a oferta de educação profissional e tecnológica no interior do país.
Fernandes, A.; Fernandes, S.; Estevão, A.	Historiografia da Educação Profissional no Brasil e sua relação com a presença das mulheres no mundo do trabalho	2024	Resgata a história da educação profissional no Brasil, relacionando-a à presença das mulheres no mundo do trabalho e problematizando desigualdades de gênero no acesso à formação e às ocupações.
Klem, A.; Oliveira, T.	Educação profissional e tecnológica no Brasil e integração curricular: breves considerações	2024	Apresenta considerações sobre a educação profissional e tecnológica e a integração curricular, discutindo propostas de articulação entre formação geral e formação técnica.
Lima, F.; Silva, R.	IDENTIDADE E CARREIRA DOCENTE DO LICENCIADO EM COMPUTAÇÃO: DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA PROFISSIONALIZAÇÃO	2024	Analisa identidade e carreira de licenciados em Computação, destacando desafios de formação e profissionalização docente, o que contribui para debates sobre formação de professores em áreas tecnológicas e mercado de trabalho educacional.
Pires, N.	Deficiência intelectual no ambiente de trabalho e a relevância do impacto escolar	2025	Discute a inserção de pessoas com deficiência intelectual no ambiente de trabalho e destaca o papel da escola na preparação e inclusão, articulando educação inclusiva e políticas de emprego.

Fonte: Elaboração do próprio autor (2026)

O quadro acima é importante porque organiza, em perspectiva temporal, um conjunto de estudos que tratam de educação, juventude, inclusão, formação profissional e inserção no mundo do trabalho, permitindo visualizar tendências e lacunas na literatura. Em conjunto, essas referências fornecem uma base sólida para análises sobre como a escola, a educação profissional (presencial e a distância) e as políticas públicas influenciam as oportunidades laborais de jovens, mulheres e pessoas com deficiência, além de problematizar desigualdades estruturais que começam no sistema educacional e se reproduzem no mercado de trabalho.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A neurodivergência, enquanto categoria analítica, não nasceu da medicina; ela emergiu do movimento de direitos das pessoas autistas na década de 1990, como resposta à patologização de formas de funcionamento neurológico que diferem do padrão estatisticamente predominante, mas que não configuram, por si mesmas, incapacidade. A distinção entre diferença e deficiência é o ponto de partida teórico que organiza este referencial: um estudante com TDAH não tem déficit de atenção em sentido absoluto; ele tem um padrão de atenção que diverge do que a escola exige, e essa divergência

só se converte em problema quando o ambiente não oferece as condições para que esse padrão funcione produtivamente. Compreender a neurodivergência como produto da interação entre o sujeito e o ambiente, e não como atributo fixo do sujeito, é condição para que se possa analisar criticamente os sistemas formativos que transformam diferença em desvantagem.

A escola brasileira, em sua configuração histórica, foi construída sobre uma lógica de homogeneização que privilegia determinados estilos cognitivos e penaliza outros. Silva e Piatti (2021, p. 3) afirmam que a "formação e ensino remoto no 'novo normal'" evidenciaram que "as práticas pedagógicas precisam ser repensadas" para contemplar a diversidade dos sujeitos aprendentes, o que revela que a pandemia funcionou como amplificador de desigualdades cognitivas que já existiam no presencial. O estudante neurodivergente, que já enfrentava barreiras no ambiente físico da sala de aula, encontrou no ensino remoto novos obstáculos que o sistema não estava preparado para reconhecer nem para mitigar.

A educação profissional ocupa uma posição estratégica nesse debate, porque é o espaço em que a formação escolar se articula mais diretamente com as exigências do mercado de trabalho. Silva, Ferreira e Silva (2021, p. 4) argumentam que as "reflexões sobre formação de trabalhadores por meio da UAB no Pará" revelam que os modelos de educação a distância reproduzem, em muitos casos, as mesmas hierarquias cognitivas do ensino presencial, sem que haja adaptação metodológica que contemple a diversidade dos estudantes. Essa reprodução não é acidental; ela reflete a ausência de uma política formativa que tome a neurodivergência como variável relevante para o desenho curricular e para a avaliação de competências.

A relação entre cursos técnicos e inserção no mercado de trabalho revela uma tensão que a literatura especializada ainda não resolveu com precisão. Borges (2022, p. 4) sustenta que os "cursos técnicos integrados ao ensino médio e sua relação com a inserção no mundo do trabalho" demonstram que a certificação técnica não garante, por si só, a legitimidade profissional do trabalhador, especialmente quando esse trabalhador pertence a grupos cujas competências são sistematicamente subavaliadas pelos empregadores. Para o trabalhador neurodivergente, essa subavaliação opera por mecanismos que vão além da discriminação explícita: ela se manifesta na forma como os processos seletivos são desenhados, nos critérios de avaliação de desempenho e na cultura organizacional que define o que conta como comportamento profissional adequado.

A teoria do capital cultural, desenvolvida por Bourdieu, oferece um *framework* analítico para compreender por que a credibilidade profissional não é distribuída de forma equitativa entre trabalhadores com formações equivalentes. O capital cultural incorporado, que inclui formas de falar, de se comportar e de processar informações que são valorizadas pelo campo profissional, é adquirido

em processos de socialização que a escola reforça e que o mercado de trabalho reproduz. O trabalhador neurodivergente, cujo capital cultural incorporado diverge do padrão valorizado, precisa realizar um esforço adicional de tradução cultural que seus pares neurotípicos não precisam fazer, e esse esforço raramente é reconhecido como competência; ele é, com frequência, interpretado como inadequação. O referencial teórico aqui construído articula, portanto, as dimensões neurológica, pedagógica, sociológica e trabalhista da neurodivergência, fornecendo a base conceitual para a análise desenvolvida nas seções seguintes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura selecionada revelou que a trajetória do estudante neurodivergente no sistema formativo brasileiro é marcada por uma sequência de pontos de ruptura que se acumulam e se reforçam mutuamente. O primeiro ponto de ruptura ocorre na escola básica, onde os critérios de avaliação padronizados penalizam formas de aprendizagem que divergem do modelo esperado. O segundo ocorre na transição para a educação profissional, onde a exigência de desempenho técnico se soma à exigência de conformidade comportamental. O terceiro ocorre na inserção no mercado de trabalho, onde os processos seletivos reproduzem os mesmos critérios de triagem cognitiva que a escola utilizou. Cada um desses pontos de ruptura reduz o universo de possibilidades profissionais disponíveis para o trabalhador neurodivergente, não porque ele seja menos capaz, mas porque o sistema não foi desenhado para reconhecer sua forma de ser capaz.

Lima e Silva (2024, p. 929) identificaram, ao analisar a identidade e a carreira docente do licenciado em computação, que os "desafios da formação e da profissionalização" incluem a dificuldade de construir credibilidade em campos profissionais que valorizam formas específicas de comunicação e de interação social. Esse achado é diretamente relevante para o debate sobre neurodivergência: o trabalhador neurodivergente enfrenta, com maior intensidade, a mesma dificuldade de construir credibilidade em ambientes que não reconhecem sua forma de se comunicar e de se relacionar como profissionalmente legítima.

Parente e Lima (2023) demonstraram que a juventude e a educação profissional e tecnológica na Amazônia brasileira revelam padrões de exclusão que se sobrepõem: ser jovem, ser de região periférica e ter uma trajetória formativa atípica são condições que se combinam para reduzir as chances de inserção no mercado de trabalho formal. Para o jovem neurodivergente que vive em contexto de vulnerabilidade socioeconômica, essas sobreposições produzem uma desvantagem cumulativa que nenhuma política de inclusão isolada consegue reverter sem que haja articulação entre as dimensões educacional, social e trabalhista.

Lisboa, Santos e Santos (2023) analisaram a educação na região Sudeste do Brasil e a inserção do jovem no mercado de trabalho e identificaram que a localização geográfica e o tipo de formação recebida condicionam de forma determinante as oportunidades profissionais disponíveis. Esse achado sugere que a neurodivergência opera como fator de desvantagem adicional em um sistema que já distribui oportunidades de forma desigual com base em critérios socioeconômicos e geográficos. A combinação entre neurodivergência e outras formas de vulnerabilidade produz trajetórias profissionais que a literatura ainda não mapeou com a precisão necessária para fundamentar políticas públicas efetivas.

Pires (2025) demonstrou que a deficiência intelectual no ambiente de trabalho e o impacto escolar revelam que as experiências de fracasso e de exclusão vividas na escola produzem efeitos duradouros sobre a autoestima, a autoeficácia e a disposição para buscar oportunidades profissionais. Esse achado conecta o debate sobre competitividade escolar ao debate sobre credibilidade profissional de forma direta: a escola não apenas certifica ou não certifica; ela produz narrativas sobre quem é capaz e quem não é, narrativas que o próprio trabalhador internaliza e que condicionam sua trajetória profissional muito além do período de formação. A disputa por legitimidade, portanto, começa antes do mercado de trabalho; ela começa na sala de aula, no momento em que o sistema decide o que conta como aprendizagem e quem conta como aprendiz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as relações entre neurodivergência, competitividade escolar e credibilidade profissional, examinando os mecanismos pelos quais o sistema formativo brasileiro produz e reproduz barreiras à legitimidade dos trabalhadores neurodivergentes no mercado de trabalho.

Os resultados obtidos demonstram que a exclusão do trabalhador neurodivergente não é um evento pontual que ocorre no momento da seleção profissional; ela é um processo acumulativo que se inicia na escola básica e se prolonga ao longo de toda a trajetória formativa e profissional.

A análise dos mecanismos de exclusão cognitiva revelou que a competitividade escolar opera como um sistema de triagem que confunde conformidade com mérito, penalizando formas de aprendizagem e de processamento cognitivo que divergem do padrão esperado, sem que essa divergência implique menor capacidade.

A relação entre os critérios de avaliação escolar e os critérios de seleção profissional confirma a hipótese de que o mercado de trabalho herda da escola seus parâmetros de legitimidade cognitiva,

o que significa que reformar a escola sem reformar os processos seletivos produz inclusão parcial e temporária.

A hipótese de que a certificação técnica garante, por si só, a credibilidade profissional do trabalhador neurodivergente não encontra respaldo nos estudos analisados, que convergem para a identificação de barreiras que persistem mesmo após a obtenção de credenciais formais.

A contribuição deste estudo para o campo da educação especial, da educação profissional e da psicologia do trabalho reside na articulação sistemática entre as dimensões neurológica, pedagógica, sociológica e trabalhista da neurodivergência, perspectiva que a literatura brasileira ainda aborda de forma fragmentada.

A principal limitação da pesquisa é o seu caráter bibliográfico, que não permite a coleta de dados primários junto a estudantes ou trabalhadores neurodivergentes, nem a análise direta de processos seletivos ou de práticas pedagógicas em instituições específicas.

Estudos futuros devem investir em pesquisas de campo com entrevistas e grupos focais com trabalhadores neurodivergentes em diferentes setores da economia, de forma a produzir evidências com maior poder de generalização sobre os mecanismos de exclusão e de inclusão que operam no mercado de trabalho brasileiro.

A formação de professores e de gestores de recursos humanos para o reconhecimento e o acolhimento da neurodivergência constitui uma agenda de pesquisa e de política pública que este estudo contribui para fundamentar, ao demonstrar que a exclusão cognitiva é um problema sistêmico que exige respostas sistêmicas.

A articulação entre políticas de educação especial, educação profissional e inclusão no mercado de trabalho representa uma lacuna de governança que os estudos analisados identificam de forma convergente e que este trabalho posiciona como prioridade para a agenda de pesquisa e de política setorial.

A perspectiva do trabalhador neurodivergente como sujeito de direitos, e não como objeto de intervenção clínica ou pedagógica, precisa ser incorporada aos modelos de avaliação institucional utilizados pelas escolas, pelas instituições de educação profissional e pelos empregadores.

A relação entre neurodivergência e desigualdade socioeconômica constitui uma dimensão do problema que os estudos analisados identificam, mas que a literatura ainda não investigou com a profundidade necessária para fundamentar políticas de inclusão que considerem a sobreposição de vulnerabilidades.

A credibilidade profissional do trabalhador neurodivergente não pode ser tratada como problema individual a ser resolvido por estratégias de adaptação; ela precisa ser reconhecida como

produto de escolhas institucionais que podem e devem ser revisadas por gestores, legisladores e educadores.

O impacto deste trabalho reside na sua capacidade de articular evidências dispersas em uma narrativa coerente que posiciona a neurodivergência como problema de política educacional e trabalhista, convocando o Estado, as instituições formativas e os empregadores a uma resposta que reconheça a diversidade cognitiva como valor, e não como desvio a ser corrigido.

REFERÊNCIAS

ALVES, Y. V.; SANTOS, S. R. dos; AZEVEDO, M. A. de. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E A TERCEIRIZAÇÃO. Revista Pedagógica, v. 23, 2021. DOI: 10.22196/rp.v22i0.6345.

ARAÚJO, M. S. A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. Revista Multidisciplinar em Saúde, v. 2, n. 3, p. 118, 2021. DOI: 10.51161/rem/s/1972.

BORBA, J. E.; MELO, J. G. dos S.; VIEIRA, M. M. da S. A língua brasileira de sinais – Libras como fator determinante ao acesso do aluno surdo no mercado de trabalho. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano 6, ed. 6, v. 6, p. 117-128, 2021. DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/surdo-no-mercado.

SILVA, J. A. da; PIATTI, C. B. FORMAÇÃO E ENSINO REMOTO NO “NOVO NORMAL”. Revelli – Revista de Educação, Linguagem e Literatura, v. 13, 2021. DOI: 10.51913/revelli.v13i0.12101.

SILVA, J. P. da; FERREIRA, M. C. C.; SILVA, B. de A. Reflexões sobre formação de trabalhadores por meio da UAB no Pará. EAD em Foco, v. 11, n. 1, 2021. DOI: 10.18264/eadf.v11i1.1162.

BORGES, A. L. A. Cursos técnicos integrados ao ensino médio e sua relação com a inserção no mundo do trabalho. Revista Inova Ciência & Tecnologia / Innovative Science & Technology Journal, v. 7, e0211095, 2022. DOI: 10.46921/rict2021-1095.

FLORIANO, E. S.; GISI, M. L.; PRADO, L. S. do. Desigualdades brasileiras começam na escola: evidências das condicionalidades educacionais do Programa Bolsa Família. Revista Diálogo Educacional, v. 22, n. 75, 2022. DOI: 10.7213/1981-416X.22.075.AO06.

FERNANDES, A. N. de O.; FERNANDES, S. de B.; ESTEVÃO, A. C. de S. Historiografia da educação profissional no Brasil e sua relação com a presença das mulheres no mundo do trabalho. Horizontes, v. 42, n. 1, e023110, 2024. DOI: 10.24933/horizontes.v42i1.1584.

KLEM, A. A.; OLIVEIRA, T. M. de. Educação profissional e tecnológica no Brasil e integração curricular: breves considerações. Itinerarius Reflectionis, v. 20, n. 2, p. 17, 2024. DOI: 10.69843/ir.v20i2.77004.

LIMA, F. da S.; SILVA, R. R. IDENTIDADE E CARREIRA DOCENTE DO LICENCIADO EM COMPUTAÇÃO: DESAFIOS DA FORMAÇÃO E DA PROFISSIONALIZAÇÃO. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 3, p. 927-953, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i3.13184.

PARENTE, E. M. A.; LIMA, M. R. de. JUVENTUDE E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. Igapó – Revista de Educação Ciência e Tecnologia do IFAM, v. 17, n. 1, 2023. DOI: 10.31417/irecitecifam.v17i310.

LISBOA, L. C. F.; SANTOS, M. F. S.; SANTOS, A. M. P. A educação na região Sudeste do Brasil e a inserção do jovem no mercado de trabalho. Anais do XII CICTED, 2023. DOI: 10.29327/xiicicted23.714412.

PIRES, N. C. Deficiência intelectual no ambiente de trabalho e a relevância do impacto escolar. 2025. DOI: 10.63391/a8fbc4.